

Memória da Reunião da Comissão de Saúde da Mulher

Data: 23/04/2014

Coordenador (a) da comissão: Rosalina Batista

Relator (a) da comissão: Carmen Mariana Santos de Barros (em substituição).

Relação de presentes:

- 1) Carmen Mariana Santos de Barros - TJPR
- 2) Aline Pinto Guedes - CRP
- 3) Maria Cristina Fernandes Ferreira – SESA/SAS
- 4) Rosalina Batista - ASSEMPA
- 5) Paula Heloise Boson - ACISPAR
- 6) Simone Maiorki - R1 HC
- 7) Alini Ivankio Hauer Plozaj - CREFITO
- 8) Maria Lúcia Gomes – ASSEMPA
- 9) Rosires Pereira de Andrade – UFPR/ HC
- 10) Juliano Gevaerd - SESA

Justificativas de ausências:

- 1)- Livia Diniz Sola
- 2)- Clarice Siqueira
- 3)- Heliana Neves Hemetério dos Santos

Pautas:

- a) Informes Gerais.
- b) Apresentação do HC sobre atendimento à mulher vítima de violência.
- c) Apresentação Rede de Saúde Mental.

Relato da reunião:

Inicialmente a Coordenadora da Comissão, Sra. Rosalina Batista agradece o comparecimento de todos os presentes na reunião e justifica a ausência das Conselheiras Livia Diniz Sola, Clarice Siqueira e Heliana Neves.

Após os cumprimentos a palavra é cedida ao Dr. Rosires Pereira de Andrade, Médico ginecologista e obstetra do Hospital das Clínicas e Professor Titular de Reprodução Humana da Universidade Federal do Paraná. O médico realiza apresentação sobre o atendimento no HC à mulher vítima de violência sexual.

Segundo o Dr. Rosires, atualmente Curitiba tem sido referência para o país no que tange ao atendimento às vítimas de violência sexual, uma vez que não são muitas as iniciativas voltadas para essa área.

Na sede do IML de Curitiba, os médicos se dividem em plantões e realizam atendimento às vítimas em até 1 hora – vão até o hospital e capacitam os médicos dos hospitais para realizar a coleta de materiais.

No Estado são 18 sedes regionais de Instituto Médico Legal – IML.

O médico ressalta a importância da vítima que sofre o abuso sexual ser encaminhada ao hospital o mais

breve possível, pois quanto antes ela receber os cuidados médicos necessários, mais chance terá de minimizar as seqüelas do abuso sofrido. A gravidez resultante do estupro bem como as várias doenças sexualmente transmissíveis e principalmente o contágio pelo vírus HIV podem ser evitados, desde que a vítima seja medicada em até 72 horas.

O médico ainda ressalta a importância da divulgação dessas informações, pois muitas mulheres vítimas desse crime se inibem e não procuram ajuda, deixando de receber o tratamento necessário.

As vítimas também recebem tratamento psicológico, a fim de tornar possível a superação do trauma sofrido.

A Sra. Rosalina solicita que o trabalho realizado pelo Dr Rosires e equipe, sobre a cuidado a mulher em situação de violência sexual, seja apresentado e discutido nas 4 macrorregiões, como forma de subsidiar a organização do cuidado a mulher em situação de violência sexual no estado.

A Conselheira Rosalina Batista coloca que o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher será estabelecido nas macrorregiões do estado e, Londrina será um dos municípios Pólo. Com a assinatura do Pacto torna-se uma das prioridades, o aperfeiçoamento do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual realizado pelos municípios.

A Sra. Maria Cristina Fernandes, coloca a importância do suporte da rede de proteção social às pessoas em situação de violência. As diversas políticas públicas devem atuar em parceria para ampliar o acesso das pessoas aos bens e serviços públicos.

Após esta discussão, o Sr. Juliano Gevaerd, chefe do Departamento de Atenção as Condições Crônicas da SESA, apresentou as diretrizes da Rede de Atenção a Saúde Mental no Estado do Paraná.

Apresentou a organização de serviços / pontos de atenção da Rede no estado e os incentivos financeiros estaduais para a Rede de Saúde Mental. Comentou que os hospitais psiquiátricos acabam também exercendo a função de hospitais clínicos, uma vez que frequentemente se deparam com pacientes cortados, feridos, ou com outros agravos como por ex. hepatite e DST. Tem sido muito comum o internamento de dependentes químicos, em hospitais psiquiátricos, pois o uso de drogas leva a incapacidade mental dos usuários.

Atualmente o Estado do Paraná conta com 107 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), obtendo taxa de cobertura de atendimento de 0,83 por 100 mil habitantes. Esse dado é motivo de comemoração tendo em vista que o parâmetro de cobertura do indicador considera como boa à taxa de cobertura acima de 0,70 atendimentos por 100 mil habitantes. Apesar disto, Juliano reforça a importância de ampliar o número de CAPS no estado.

Após o término da exposição, a Conselheira Rosalina Batista, com muita satisfação informou a todos que nesta manhã do dia 23 de abril, foi entregue a UTI neonatal do Hospital Universitário de Londrina, que já está funcionando e realizando excelente atendimento aos recém nascidos.

Encaminhamentos/providências para a secretaria executiva:

- a) A Comissão de Saúde da Mulher recebeu na data do dia 22 de abril do corrente ano, um ofício do Ministério Público, o qual solicita informações e elenca itens do RAG para a SESA informar. A Conselheira Rosalina Batista coordenadora da Comissão encaminhará o ofício a Mesa

Diretora do CES, para que encaminhem o ofício a SESA e solicitem ao Ministério Público o prazo de trinta dias para resposta.

Solicitação de pauta para a próxima reunião:

- a) Ficou proposto que na pauta de maio no período da manhã seja apresentada a proposta da CEVID e dos demais projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no enfrentamento da violência contra a mulher. A proposta é que a reunião da Comissão de Saúde da Mulher seja realizada excepcionalmente no período da manhã, propiciando a participação da Desembargadora Dra. Denise Krüger Pereira.
- b) Informações da SESA sobre as demandas solicitadas pelo Ministério Público ao CES quanto as informações do RAG.